

TRABALHO, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL – DESAFIOS AO SERVIÇO SOCIAL

WORK, EDUCATION AND PROFESSIONAL TRAINING – CHALLENGES TO SOCIAL WORK

Luciane Silva Nascimento França*

RESUMO: O presente estudo trata das categorias Trabalho, Educação e Formação Profissional do Serviço Social e aborda a necessidade de uma formação e um corpo docente comprometido com a qualidade do ensino; que embora responda as demandas da atualidade, não comprometa em nenhum momento a defesa dos ideários do projeto ético político do Serviço Social. Busca refletir sobre uma das preocupações diante desses novos tempos com a formação desse profissional que possui sua atuação e matéria prima na questão social, na nova configuração societária e no redimensionamento das sociedades atuais, nos remetendo a reflexão de uma proposta de formação profissional comprometida com a qualidade.

Palavras-chave: Educação. Formação Profissional. Serviço Social. Trabalho.

ABSTRACT: *The present study covers the categories: Work, Education And Professional Training of Social Work and, addresses the need for a training and a teachers committed to the quality of education; that although meets the demands of today's, do not compromise at any time the defense of the ideology of ethical-political project of Social Work. It also seeks to reflect on one of the concerns before these new days, with the formation of this professional which has it acting and raw material on social issues, in the new corporate configuration and in the resizing of current societies, driving us to the reflection of a proposal for a professional training. committed to quality.*

Keywords: *Education. Professional Training. Social Work. Work*

1 UM PANORAMA GLOBALIZADO

Nas últimas décadas, e especialmente na virada do século XX para XXI o sistema capitalista tem assumido crescentemente seu caráter trágico e destrutivo, repercutindo em um contexto de crise estrutural do capital, de desmonte de direitos sociais conquistados historicamente, e conseqüentemente, de fortes mudanças no mundo do trabalho.

* Assistente Social, Docente da Faculdade de Serviço Social de Passos – FASESP, Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UNESP Câmpus de Franca/SP, membro e pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Formação Profissional em Serviço Social – GEFORMSS, credenciado pelo CNPq. .

O Welfare State - Estado de Bem Estar Social, sustentado pelo modelo de regulação socialdemocrático, utilizado em vários países centrais, e nos dizeres de Demo (2004), representou apenas uma “caricatura jurídica” para os países periféricos - também sofreu as conseqüências destas transformações, desencadeadas pela política neoliberal, anti-social e privatizante, num processo de regressão da própria socialdemocracia, que passou a seguir a risca a agenda neoliberal, a qual contempla: a reestruturação produtiva, a privatização acelerada, o recuo do estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital.

Com a crise do capitalismo, - marcada pela falência da estratégia de desenvolvimento econômico adotada até o momento, a recessão econômica, juros altos, a agudização dos problemas sociais e crise do padrão de regulação industrial, - algumas mudanças importantes se fizeram emergentes no mundo do trabalho, quanto a sua forma de gestão e organização, destacando-se, a chamada reestruturação produtiva, a qual vem ocorrendo desde meados da década de 80, expressando um novo padrão de desenvolvimento nos marcos da globalização do capital e sob liderança do capital financeiro.

Fundamentalmente, essa forma de produção flexibilizada busca a adesão de fundo, por parte dos trabalhadores, que devem aceitar integralmente o projeto do capital. Procura-se uma forma daquilo que chamei em “Adeus ao Trabalho?”, de envolvimento manipulatório levado ao limite, onde o capital busca o consentimento e a adesão dos trabalhadores, dentro das empresas, para viabilizar um projeto que é aquele desenhado e concebido segundo os fundamentos exclusivos do capital. (ANTUNES, 2004, p. 233)

Este novo padrão caracterizou-se pela substituição do modelo de produção Taylorista/Fordista (produção em massa e por unidades de produção concentradas, de rígido controle do tempo e sob forte depotismo) pelo modelo japonês – Toyotismo - expressão particular de expansão do capitalismo monopolista no Japão

no Pós-45 (produção flexível, existência de grupos ou equipes de trabalho, crescente utilização da tecnologia informatizada, produção heterogênea, estoques reduzidos, terceirização e a precarização do trabalho).

Desde a sua origem, o modo capitalista de produção pressupõe um envolvimento operário, ou seja, formas de captura da subjetividade operária pelo capital, ou, mais precisamente, da sua subsunção à lógica do capital (observando que o termo “subsunção” não é meramente “submissão” ou “subordinação”, uma vez que possui um conteúdo dialético – mas é algo que precisa ser reiteradamente afirmado). O que muda é a forma de implicação do elemento subjetivo na produção do capital, que, sob o taylorismo/fordismo, ainda era meramente formal e com o toyotismo tende a ser real, com o capital buscando capturar a subjetividade operária de modo integral. (ANTUNES, 2004. p. 348)

Tal quadro do mundo do trabalho tem sido alterado, principalmente, mas não exclusivamente, nos países de capitalismo avançado, evidenciando: uma progressiva subproletarização ou precarização do trabalho, pelo seu caráter temporário e parcial, pela terceirização e flexibilização contratual.

No Brasil, as questões centrais, postas pela reestruturação produtiva, são as novas formas de produção, gestão e consumo da força de trabalho, evidenciando as reais necessidades da nova ordem do capital à mesma adesão e consentimento do trabalhador às exigências da produção capitalista.

Como objetivo de capturar a massa operária necessária para este processo, a educação tem sido amplamente acionada, com importante papel na condução e domesticação destes trabalhadores.

É inegável que o atual processo de reprodução social condiciona e direciona toda a estrutura da Política Educacional. Pensar a educação exige sem dúvida, pensar o atual quadro social globalizante e mercadológico vigente.

O impacto da incorrigível lógica do capital sobre a educação tem sido grande ao longo do desenvolvimento do sistema. Apenas as modalidades de imposição dos imperativos estruturais do capital no âmbito educacional são hoje diferentes, em relação aos primeiros e sangrentos dias da “acumulação primitiva”, em sintonia com as circunstâncias históricas alteradas (...). É por isso que hoje o sentido da mudança educacional radical não pode ser senão o rasgar da camisa-de-força da lógica incorrigível do sistema: perseguir de modo planejado e consistente uma estratégia de rompimento do controle exercido pelo capital, com todos os meios ainda a ser inventados, e que tenham o mesmo espírito. (MÉSZÁROS, 2008, p. 35).

A recolocação da educação no capitalismo ao âmbito da esfera de regulação dos ditames capitalistas não elimina o caráter ontológico da educação e nem a restringe a sua dimensão escolarizada. Por esse motivo, é importante uma abordagem a fim de compreender a relação existente entre mundo do trabalho e educação.

2 A EDUCAÇÃO

Para tanto, importa interpretar a educação como uma instância dialética que serve a um projeto, a um modelo, a um ideal de sociedade. Ela medeia esse projeto, ou seja, trabalha para realizar esse projeto na prática. Assim, se o projeto for conservador, medeia a conservação, contudo, se o projeto for transformador, medeia a transformação, se o projeto for autoritário, medeia a realização do autoritarismo (...) (LUCKESI, 2007, p. 49)

A sociedade capitalista está estruturada e organizada sobre o trabalho. Nesse tipo de sociedade os homens possuem vínculos sociais com todas as pessoas da terra, sobre ou sob a égide do trabalho. (MARX, 1975, p. 284).

Assim é necessário analisarmos o contexto das políticas educacionais a partir das condições postas pelo atual quadro

econômico vigente, bem como a centralidade do trabalho na vida de homens e mulheres. A direção da educação, assim como todos os outros aspectos da vida em sociedade, está inevitavelmente vinculada à direção dada pelo trabalho.

Diante disso, o que se verifica, são políticas educacionais estruturadas com base no fluxo das relações de trabalho e produção de mercadorias, cujo objetivo é viabilizar conhecimentos e trabalhadores necessários para a continuidade do processo produtivo acelerado, bem como transmitir valores domesticáveis para sua condução passiva e legitimizadora dos interesses dos detentores do capital.

Luckesi (2007) nos estudos de Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado, de Althusser discorre sobre o papel da escola como mais um importante aparelho do Estado, utilizada para veicular sua ideologia dominante. Esse raciocínio perpassa a direção de que para uma sociedade perenizar-se é necessário reproduzir-se em todas as suas dimensões: política, cultural, religiosa, econômica, garantindo assim sua sobrevivência.

O autor considera ainda que todos admitam: economistas e marxistas, que não há processo de continuidade possível sem que se assegurem as condições materiais para sua produção e reprodução social, o que chama de reprodução biológica, assim compreendida como força de trabalho.

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie. (MARX, 1996, p. 285, V 1)

No entanto, somente a força de trabalho não é suficiente pra a produção e reprodução da sociedade, sendo necessário que estes trabalhadores também sejam dotados de “saberes” culturais viáveis para a manutenção do sistema. “É impossível manter a produção sem que ocorra a reprodução dos meios materiais que garantam a manutenção ou o incremento da produção, assim como se torna necessária a “reprodução cultural” da sociedade”. (LUCKESI, 2007, p. 42)

Nesse raciocínio, o autor entende que não significa somente reproduzir a mão-de-obra do ponto de vista quantitativo (biológico), mas, sobretudo, qualitativo (cultural) papel este endereçado fielmente a educação.

Com se dá essa reprodução da força de trabalho do ponto de vista qualitativo? No passado, nas sociedades simples e primitivas, essa aprendizagem, essa preparação, se fazia na própria prática cotidiana. Aprendia-se operando o próprio meio de trabalho. Na medida em que os grupamentos humanos foram se tornando mais complexos, seja do ponto de vista numérico, seja do ponto de vista das relações sociais, a preparação da força de trabalho, do ponto de vista qualitativo (reprodução cultural da força de trabalho), foi delegada a uma instituição social específica: a escola. (LUCKESI, 2007, p 44)

Enxergar a escola como instrumento de distribuição de valores, normas e regras projetadas pela ideologia dominante no depósito de conhecimentos potencializadores do processo de produção do capital, na qualificação do trabalhador assalariado, é determinante para a compreensão crítica desse fenômeno social.

A escola revela em sua dinâmica do processo de ensino, um imenso arcabouço cultural de fundamentos tradicionais positivistas, capaz de induzir e conduzir a sociedade a um só ideal subjetivo: a acelerada produção do capital.

Orso (2008) reafirma tal raciocínio quando diz que: “Essa forma de educação corresponde a essa sociedade, que tem na alienação da força de trabalho e, conseqüentemente, na alienação da consciência, um meio de se reproduzir e se perpetuar.” (ORSO, 2008, p. 51).

Para Apple (2006) devemos pensar a escola como mecanismo de distribuição cultural e citando Gramsci descreve a educação como um elemento crítico para ampliação da dominação ideológica de determinadas classes sobre as outras, sendo o controle do conhecimento um dos principais elementos para preservação e produção das instituições de determinadas sociedades.

O autor também mostra que o conjunto dessas manifestações não se projeta apenas através do grupo de políticas educacionais

como também no encontro dessas com outras políticas de maior abrangência como a política econômica e a social.

Nesta direção, a educação, cuja lógica seria promover a autonomia e a emancipação humana através do acesso ao conhecimento, toma outros rumos, como instrumento de manipulação em massa para fomento da máquina produtiva em expansão.

Assim, a educação, compreendida como Política Pública de Estado sofre as fortes incidências ideológicas da ordem vigente. Saviani (2008) discute alguns aspectos quanto à ação do Estado brasileiro no campo da educação e também destaca a importância dada à dimensão tributária sobre a política educacional, sendo esta uma das persistências desde as origens até os dias atuais. E continua:

Refiro-me a histórica resistência que as elites dirigentes opõem a manutenção da educação pública; e a descontinuidade, também histórica, das medidas educacionais acionadas pelo Estado. A primeira limitação materializa-se na tradicional escassez de recursos financeiros destinados a educação; a segunda corporifica-se na seqüência interminável de reformas, cada qual recomeçando da estaca zero e prometendo a solução definitiva dos problemas que se vão perpetuando indefinidamente. (SAVIANI, 2008, p. 7)

O autor descreve a marca histórica da descontinuidade das políticas educacionais, com sucessivas variações, alterações e vai-e-vem das medidas reformadoras da estrutura educacional. Este quadro se justifica em parte pela necessidade dos ministros deixarem a sua marca e este mesmo movimento é identificado no período republicano.

Essas reformas, vistas em retrospectiva de conjunto, descrevem um movimento que pode ser reconhecido pelas metáforas do ziguezague ou do pêndulo. A metáfora do ziguezague indica o sentido tortuoso, sinuoso das variações e alterações sucessivas observadas nas reformas (...). (SAVIANI, 2007, p.11).

A marca da descontinuidade perpetua-se até os dias atuais através de políticas com metas adiadas a cada mudança de governo, com novas roupagens e nomenclaturas de forte cunho ideológico político.

Na interpretação de Mészáros (2008) em seu livro “A Educação para além do Capital”, a razão para o fracasso de todas as reformas no sistema educacional que se destinavam a implantar significativas mudanças na sociedade por meio de reformas lúcidas, se deve pelo fato de estarem intimamente reconciliadas com o ponto de vista do capital, considerando ainda o fato de as determinações do sistema capitalista ser irreformáveis.

Diante deste contexto, torna-se evidente que a educação tem ocupado lugar central no bojo das lutas sociais no sentido da superação da sociedade capitalista e das formas de exploração que lhes são atribuídas. Em outras palavras, é necessário todo um movimento pressionador e unitário a fim de se alcançar mudanças significativas:

(...) os movimentos necessários para forjarmos outras formas de conviver, produzir, pensar e compartilhar a vida, mais solidariamente, não se encontram num além, sobreposto ao nosso cotidiano de mulheres e homens, esperando apenas que os sagazes e geniais os “descubram” para usá-los e aplicá-los, mas está entre nós, como relações integrantes de nossas vidas, que cobram sempre outras elaborações, capazes de ressignificar práticas sociais de forma criadoramente ética. Trata-se, desta maneira, de processos de diferir que vão na contramão de pressões excludentes e homogeneizadoras – ainda hegemônicas – afirmando-se na busca por desativar e demolir esquemas que sustentam a manutenção e o aprofundamento das desigualdades sociais (LINHARES, 2004, p.16).

Pensar a política educacional na atualidade requer situá-la em sua complexa e dialética teia institucional em confronto com as transformações no mundo do trabalho, da cultura e da formação profissional. A existência de uma conexão entre a organização da política educacional e as manifestações do mundo do trabalho não

se dá de forma simples e objetiva, assim, compreender as mediações que as determina é fundamental para trazer a tona os projetos e práticas sociais que compõem o universo educacional.

No entanto, não se trata de pensar a educação escolarizada, polarizada pelas disputas das classes sociais, mas a sua interlocução com os demais processos que constituem a educação como dimensão da vida social e que sob a égide do sistema capitalista tende a sucumbir-se à lógica mercadológica.

O que não se deve perder de vista é o fato de que toda educação tem uma função política e que através do capital tem se organizado com uma nova face de intervenção, e todo um fundo ideológico de controle da vida social e em especial da educação como política social.

A premissa é que o atual quadro sócio-histórico não se reduz a um pano de fundo para que se possa, depois, discutir o trabalho profissional. Ele atravessa e conforma o cotidiano do exercício profissional do Assistente Social, afetando as suas condições e as relações de trabalho, assim como as condições de vida da população usuária de serviços sociais. (IAMAMOTO, 2001, p.19)

3 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

Até o momento, não existem estudos avaliativos qualificados capazes de indicar se o processo de ensino oferecido pelo curso de Serviço Social tem correspondido aos valores democráticos, à construção da cidadania e à contribuição para o reordenamento das relações sociais a que se propõe. A prática de ensino que desempenhamos, pautada em princípios transformadores, comprometida com uma pedagogia “crítico-social” tem de fato privilegiado a participação e desenvolvimento autônomo dos alunos ou, de forma velada, consiste ainda numa prática tradicional? O discurso seria um, e a prática outra? (ANDRADE, 2006, p. 60)

Sendo assim, uma das sérias preocupações diante desses novos tempos é com a formação desse profissional que possui sua atuação e matéria prima na questão social, na nova configuração societária e no redimensionamento das sociedades atuais.

Essa situação nos remete a reflexão de uma proposta de formação profissional comprometida com a qualidade; que embora responda as demandas da atualidade, não comprometa a defesa dos ideários e valores da profissão.

Em um movimento de forças, as atuais discussões no interior da categoria profissional de assistentes sociais lideradas pelo conjunto CEFESS / CRESS - Conselho Federal e Regionais de Serviço Social sucessivamente, e ainda, a ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, estão cada vez mais voltadas para busca de uma formação acadêmica de qualidade, cujo assistente social receba um sólido conhecimento teórico, orientado no projeto ético – político, construído coletivamente pela categoria profissional, perspectivando, portanto, perseguir a visão de totalidade da realidade social.

A ABEPSS reafirma seu empenho em contribuir no sentido de que a formação da graduação e pós-graduação em Serviço Social substancie e respalde cada vez mais a plataforma emancipatória da profissão, na resistência as mais diversas formas de exclusão, opressão e violências que no tempo presente se adensam e atualizam como demanda privilegiada ao ensino de qualidade e à pesquisa no serviço social. (MENDES, 2004, p. 78)

Nessa mesma lógica, os órgãos representativos da categoria, têm travado sérias discussões, no encaminhamento da formação profissional, tendo em vista apreender um processo formativo que permita a efetiva democratização do ensino superior público com estímulos ao aperfeiçoamento continuado, preservando deste modo, o tripé – ensino, pesquisa e extensão.

A preocupação que move tais reflexões é de construir, no âmbito do Serviço Social, uma proposta de formação profissional conciliada com

os novos tempos, radicalmente comprometida com os valores democráticos e com a prática de construção de uma nova cidadania na vida social, isto é, de um novo ordenamento das relações sociais. (IAMAMOTO, 2001, p 168)

Assim, é importante ter presente que a categoria profissional vislumbra transcender a nova face da Política Educacional e reforma universitária em curso, que dentre outras características, revela o crescente número de instituições de formação em Serviço Social.

Vale acrescentar nessa discussão, a acelerada e crescente oferta de graduação à distância regulamentada pelo Decreto 6.622, imprimindo a precarização do ensino superior.

No Brasil, as bases legais para a modalidade de educação à distância foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que foi regulamentada pelo Decreto n. 5.622, publicado no D.O.U. de 20/12/05 (que revogou o Decreto n. 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, e o Decreto n. 2.561, de 27 de abril de 1998) com normatização definida na Portaria Ministerial n. 4.361. (Decreto n. 6.622 de 2006)

O aludido decreto reveste-se de uma concepção generalista, desconsiderando as particularidades e exigências de cada segmento formativo, repercutindo, assim, em processos seletivos superficiais, em modalidade de aulas de consultoria e encontros semanais de poucas horas de durabilidade, e com um novo agravante, como a tutoria em alguns casos, desprovida inclusive do corpo teórico de conhecimento do Serviço Social.

Salienta-se que o frágil processo de fiscalização das instituições de ensino, e, diga-se de passagem, tanto os presenciais como os cursos à distância, adensam os dilemas e desafios a serem enfrentados nas novas paisagens que molduram a formação profissional contemporânea.

Essa situação nos remete a preocupação de refletirmos sobre a necessidade de uma formação e um corpo docente realmente comprometido com a qualidade do ensino; que embora responda as

demandas da atualidade, não comprometa em nenhum momento a defesa dos ideários do projeto ético político do Serviço Social.

Nessa direção o processo de formação deverá ser pautado no acúmulo de consciência política dos docentes no encaminhamento da formação, dos limites e possibilidades junto ao planejamento das aulas, uma vez que o Serviço Social é uma profissão interventiva, que instaura seu trabalho profissional na questão social, cuja constituição se perfaz mediante as múltiplas determinações históricas e sociais.

Também nesta dinâmica, ressaltamos a importante necessidade de se conceber um professor com perfil contínuo de pesquisador, onde se preserve e se tenha um fiel compromisso com a produção científica original, onde se seja capaz de alterar a cotidianidade com a inovação, com o saber e com propostas efetivamente inventivas dentro do deciframento da realidade concreta.

“Todas as práticas humanas se dão orientadas por um contexto teórico que é formulado, amadurecido e desenvolvido no próprio exercício da prática. Não existe, pois, teoria sem prática, nem prática sem teoria.” (LUCKESI, 1997, p.21)

Com a mesma lógica, Oliveira (2004) discute quando chama a atenção para o movimento contraditório entre universidade e o mercado de trabalho, tendo em vista que a formação não deva emoldurar-se às demandas mercadológicas, que sob o discurso da especialidade, da competência, do rigor técnico, exigem determinadas ações profissionais que são atividades socialmente condicionadas.

Romper com uma formação condicionada exige, antes de tudo, considerar o caráter ideológico dominante da educação em suas múltiplas representações e condições impostas a realidade cotidiana de trabalho, e, a partir daí, compreendê-la no contexto das transformações societárias da atual conjuntura imposta, sendo: a precarização do trabalho e a política de sucateamento da educação as mais evidentes.

“Tudo é movimento, tudo é construído, tudo é história. E somos nós que construímos nas ações micro que realizamos cotidianamente. Qual a direção possível que o Serviço Social quer dar a esta história?” (FÁVERO, 1999, p. 115)

O saber transmitido numa formação profissional integra conhecimentos, valores, modelos, símbolos etc., acumulados naquele próprio fazer e no viver de formadores e formandos. Enquanto atividade histórica e socialmente determinada pelas condições sociais articula-se as representações sociais da profissão pelos seus sujeitos, vinculando um concreto ao discurso teórico dominante. Afirma-se, portanto, que a transmissão de conhecimentos de teorias não se faz independente das condições concretas e históricas dos seus agentes profissionais, dos próprios sujeitos da formação e do jogo de interesses polarizados. (NICOLAU, 2004, p.83)

Romper com este panorama imposto à política educacional, nos impulsiona unir forças junto aos órgãos colegiados de pressão e luta - CEFESS / CRESS - Conselho Federal e Regionais de Serviço Social, ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, na organização da categoria profissional para efetivação do Código de Ética Profissional.

Mészáros (2008, p. 27) realiza algumas reflexões que, considerando a contradição do sistema capitalista, sugere transpor toda esta conjuntura e contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente, que só será possível através do rompimento com a lógica mercadológica do capital.

É por isso que hoje o sentido da mudança educacional radical, não pode ser senão o rasgar da camisa de força da lógica incorrigível do sistema: perseguir de modo planejado e consistente uma estratégia de rompimento de controle exercido pelo capital, com todos os meios disponíveis, bem como com todos os meios ainda a ser inventados, e que tenham o mesmo espírito. (MÉSZÁROS, 2008, p. 35)

Esse aspecto remete-nos a reflexão da premente necessidade de pensarmos o estudante em processo de formação, e ainda, a importância do universo acadêmico para o despertar da construção crítica do conhecimento científico; bem como oportunizar o aprender a aprender, a qualidade formal sincronizada com a construção de um sujeito histórico, ético-político e criativo.

Acredita-se na importância em se buscar ou manter o compromisso com um processo formativo onde há profunda interação estudante - professor, isto é, dois sujeitos que lado a lado participam e constroem o saber com autonomia e onde professor possa ser capaz de motivar esse processo formativo, com incentivo ao desafio a um espírito pesquisador e emancipatório.

Identidade e consciência social não podem ser pensadas, portanto, a distância da totalidade social, como abstrações ou generalidades ou como categorias isoladas; é preciso pensá-las dialeticamente, como categorias plenas de movimento e historicidade. O exame da literatura revela, porém, que este nem sempre é o tratamento a elas dispensado. (MARTINELLI, 1993, p.19).

Assim, que se possa responder a nova configuração social que se apresenta mundialmente, com o desafio de preparar, formar o assistente social para o enfrentamento das novas tendências, evidentemente, sem a pretensão ideológica de se formar unicamente para corresponder as demandas do mercado, mas uma proposta de formação que além de não comprometer novos espaços ocupacionais e se manter como necessidade social, possa garantir o distanciamento crítico, bem como, preservação de valores radicalmente democráticos preconizados pelo projeto ético-político da profissão.

Essa tendência indica clara ruptura com a herança conservadora teórico-ideológica do Serviço Social na perspectiva de compreender a educação na direção das demandas decorrentes dos vínculos e compromissos com a organização das classes trabalhadoras, na busca de uma formação profissional de qualidade,

no enfrentamento crescente do processo de exclusão social, bem como na viabilização de espaços de lutas e frentes de intervenção.

REFERÊNCIAS

ABESS/ CEDEPSS. A Produção do conhecimento e o Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1992. (Cadernos ABESS, 5)

_____. Formação Profissional: trajetórias e desafios. São Paulo: Cortez, 1996. (Cadernos ABESS, 7)

ANDRADE, Maria Ângela Rodrigues Alves. A Prática de Ensino no Curso de Serviço Social. PUC - São Paulo, 1996. Dissertação de Doutorado.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2 ed. São Paulo: Cortez. Unicamp, 1995.

_____. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

FREITAS, Helena C. Lopes. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. CEDES, Campinas, v. 3, ago. 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, R. Relações sociais e serviço social no Brasil. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

LINHARES, Célia. Professores entre reformas escolares e reinvenções educacionais. In: LINHAES, Célia (org). Os professores e a reinvenção da escola. Brasil e Espanha. São Paulo: Cortez, 2001.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Filosofia da educação. São Paulo: Cortez, 1997.

MARTINELLI, Maria Lucia. Serviço Social: identidade e alienação. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

MENDES, Jussara Maria Rosa. Formação do Assistente Social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político. In Revista: Serviço social e Sociedade. Nº 79, Serviço Social: Formação e projeto político, São Paulo: Cortez Editora, 2004.

MÉSZÁROS, Istivan. Para além do capital. Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Bom Tempo, 2002.

_____. A educação para além do capital. São Paulo: Bom Tempo, 2008.

NICOLAU, Maria Célia Correia. Formação e fazer profissional do Assistente Social: trabalho e representações sociais. In: Revista: Serviço Social e Sociedade. Nº 79, Serviço Social: Formação e projeto político, São Paulo: Cortez Editora, 2004.

NORONHA, Olinda Maria. História da Educação: sobre as origens do pensamento utilitarista no ensino superior brasileiro. Campinas: Alínea, 1998.

OLIVEIRA, Cirlene A. H. S. O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v. 80, n. XXV, p. 59-81, 2004.

_____. Desafios e perspectivas da formação profissional em Serviço Social na contemporaneidade. In: 12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e IV Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade, 2007, Foz do Iguaçu-PR. A questão social na América Latina: ofensiva capitalista, resistência de classe e Serviço Social. Foz do Iguaçu-PR: Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, 2007

RIBEIRO, Maria Lúcia. História da Educação Brasileira. Campinas, SP, Autores Associados, 2003.

ROLDÃO, M.C. Formar para a excelência profissional: pressupostos e rupturas nos níveis iniciais da docência. *Educação & Linguagem*, São Paulo, v. 10, n. 15, p. 18-42, 2007.

SADER, Emir e Gentili, Pablo, (org). Pós-Neoliberalismo. As políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1995.